

## **E agora, Portugueses?**

*Por Fernando Rodrigues Pereira, communications consultant, director of Prestomedia Portugal*

Um dia de eleições é sempre um dia de festa para a democracia... é vê-la a funcionar na sua plenitude, é o povo a falar! Todos deveríamos ficar contentes. Mas é apenas verdadeiramente festa para os que ganham ou, no limite, para aqueles que nas entrelinhas encontram motivos para ver que também fazem parte da vitória. E tiramos a famosa foto de grupo!

Mas depois da festa e da foto encaramos a realidade. A foto é fixar um momento, é torná-lo estático. E a ressaca? Essa sim é dinâmica, prolonga-se no tempo. E Portugal está na ressaca, está com a ressaca.

A noite foi longa e cheia de surpresas. Boas? Más? Tentarei ser factual, mas também ainda estou com dores de cabeça... as surpresas foram diferentes. Ora vamos lá:

### **Como aqui chegamos?**

Há poucos meses, o governo, maioritário, socialista caiu com a demissão do experiente Antonio Costa, associado indiretamente – pois nada o implica diretamente - a um escândalo de corrupção onde se misturam figuras que lhe são muito próximas. Mas os sintomas graves já eram alguns... O governo vivia apenas e só da figura do seu líder, não tinha força, ideias e capacidade de executar e a “rua” passou a ser demasiado “vocal”: greves nas escolas, um serviço nacional de saúde a degradar-se aos olhos de todos, as forças de segurança e o (parco) efetivo militar a manifestarem-se, o custo de vida a agravar-se, jovens quadros a emigrarem à procura de salários dignos, os números da emigração – que é necessária – indiciam um descontrolo... O Presidente da República optou por mandar o país para eleições e os partidos, à pressa, puseram-se em campo. Os Socialistas com um novo e impulsivo líder; os líderes da oposição, o partido de centro-direita, o Partido Social-Democrata aliado a um histórico pequeno partido conservador na Aliança Democrática, levam a jogo o seu líder moderado, Luis Montenegro, com boas condições para assaltar o poder.

Num país onde, apesar de alguns hiatos, o bipartidarismo imperava estas linhas poderiam chegar. Mas adivinhava-se já um “joker”. Um, até ontem, pequeno elefante que já estava na sala, mas muitos fingiam (Presidente da República incluído) não ver com a nitidez necessária: um novo partido, o Chega, liderado por um jovem líder, ambicioso, corajoso, bem-parecido e bem-falante. Um partido vindo das ruas que, no ideário da direita radical e nos falhanços de um regime que se aburguesou, assente num Estado demasiado presente, mas inconsistente, encontrou um caldo que estava pronto para ir para o lume. E, tcharam! O país dos brandos costumes acordou com uma grande ressaca que se pode tornar numa doença mais prolongada e grave.

### **Onde estamos?**

A AD foi o partido mais votado nas eleições legislativas com 29,49% dos votos, elegendo 79 deputados à Assembleia da República. Exigia-se mais. O Partido Socialista ficou em segundo lugar com 28,66%, mas com cerca de menos 500 mil votos, elegendo 77 deputados. Uma derrota inequívoca para um partido que domina a muito presente máquina do Estado. Apesar de faltar ainda apurar os resultados dos círculos da emigração (4 deputados), mas Luís Montenegro será indigitado como Primeiro-Ministro pelo Presidente da República.

Tendo em consideração que o líder da AD, Luís Montenegro, assegurou que não fará um acordo político de governação com o radical Chega e estando afastada a possibilidade de uma aliança de unidade nacional com o PS, antecipa-se uma legislatura marcada pela necessidade de acordos políticos, arrancados a pulso, diariamente num parlamento em carne viva.

O Chega é o grande vencedor da noite, pois ultrapassou 1 milhão de votos. De 1 deputado, há 6 anos, passou para 12 em 2022 e hoje conquista 48 lugares num parlamento com 230 lugares. É “definitivamente” o terceiro partido, incontornável para acordos parlamentares, aniquilando o bipartidarismo.

Os partidos de esquerda perderam a maioria no Parlamento: o PS perdeu 40 deputados, a CDU, os comunistas, perdeu 2, o Bloco, radicais de esquerda, manteve 5 e o PAN, um flutuante partido animalista, manteve um deputado único. Só o Livre, uma esquerda caviar urbana, cresceu, passando de um deputado único para 4. À direita, a Aliança Democrática atingiu 79 deputados, a IL, os liberais, manteve os 8 deputados e o Chega quadruplicou o número de parlamentares.

Um facto a destacar: a abstenção, quando ainda falta apurar os votos da emigração portuguesa, baixou significativamente, em cerca de quase 10%. Os “novos votantes” e os “votantes adormecidos” terão contribuído para este panorama confuso. Mas, sejamos sérios, não se pode apelar à participação num dia e criticar a “qualidade” dos votos no outro! A isto somam-se alguns factos curiosos: um número significativo de votos conquistados por este partido radical de direita foram “cavados” em antigos feudos eleitorais que durante décadas foram “propriedade” do histórico e ortodoxo Partido Comunista Português que agora se resume a três tímidos deputados. E um, até agora desconhecido partido, fora do sistema, o ADN cresceu 400% à custa de um apoio repentino da comunidade evangélica, atinge os 100 mil votos e por pouco não entra no Parlamento.

E agora? Acho que dada a sensibilidade do quadro em aberto, convém mesmo ser factual.

O Presidente da República tem duas obrigações constitucionais: ouvir todos os partidos com deputados eleitos (e costuma fazê-lo rapidamente, durante esta semana) e nomear o Primeiro-Ministro “tendo em conta os resultados eleitorais” (o que deve fazer no dia seguir a ouvir todos). Depois de indigitado, o Primeiro-Ministro, que deverá ser Luis Montenegro da Aliança Democrática, entregará ao Presidente da República a composição do novo governo.

Segue-se a tomada de posse do novo governo, que só acontecerá depois de a Assembleia da República estar a funcionar. É expectável que tal aconteça no início de abril. Após a nomeação, o Primeiro-Ministro tem 10 dias para apresentar o programa de governo à Assembleia da República.

Não havendo nenhuma moção de rejeição, o programa não é vetado e o governo entra em plenas funções. Se for aprovada uma moção de rejeição, o governo cai. Mas o líder da oposição, o socialista Pedro Nuno Santos, mesmo já tendo prometido uma oposição feroz, diz que responsabilmente não o fará. Mas se tal cenário de rejeição se concretizar, o Presidente da República volta a ouvir os partidos e pode: indigitar um novo Primeiro-Ministro. convocar novas eleições dentro de seis meses (ficando o governo em gestão). Normalmente, este processo demora um mês.

Ah! Mas se há alguém que gosta de jogos políticos é o Presidente da República. Veremos...

Entretanto... o mundo não para. Portugal não cresce consistentemente há 20 anos, a Europa dos “Fundos comunitários” olha desconfiada, os orçamentos da defesa terão de crescer, o resto do mundo também anda perigoso... será que os brandos costumes ainda funcionarão?